

A produção do espaço urbano e os processos de diferenciação socioespacial: uma reflexão envolvendo o Brasil

Producción de espacio urbano y procesos de diferenciación socioespacial: una reflexión que involucra a Brasil

Vanessa Manfio¹

Resumo

A produção do espaço é o resultado do trabalho da sociedade no espaço natural e também no urbanizado. Sendo um processo que envolve tempos, ritmos e agentes diferentes, produzindo conflitos, contradições e processos de diferenciação socioespacial que acirram ainda mais a fragmentação espacial. No Brasil, estas questões estão, cada vez mais, presentes nas cidades, principalmente a segregação social é intensa e contribui para proliferação da violência, discriminação, desigualdades, entre outros emblemas urbanos.

Diante disso, este artigo objetiva realizar uma discussão teórica acerca da produção e diferenciação socioespacial, articulando com fatos da realidade brasileira, a fim de contribuir com a Geografia Urbana e com os problemas urbanos brasileiros, buscando pensar numa cidade mais igualitária e social. Para isto, utilizou-se a abordagem descritiva e a análise de literaturas especializadas nas discussões propostas no artigo.

Palavras-chave: cidade, Brasil, Geografia Urbana, construção do espaço, processos e formas espaciais.

Resumen

La producción del espacio es el resultado del trabajo de la sociedad en el espacio natural y urbanizado. También es un proceso que involucra diferentes tiempos, ritmos y agentes, produciendo conflictos, contradicciones y procesos de diferenciación socioespacial que exacerban aún más la fragmentación espacial. En Brasil, estos problemas están cada vez más presentes en las ciudades, especialmente la segregación social, cuya intensidad contribuye a la proliferación de la violencia, la discriminación, las desigualdades, entre otros emblemas urbanos.

Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo llevar a cabo una discusión teórica sobre la producción y la diferenciación socioespacial, articulando con hechos de la realidad brasileña, para contribuir a la Geografía Urbana y los problemas urbanos brasileños, buscando pensar

¹ Doutora em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: nessamanfio@gmail.com

en una ciudad más igualitaria y social. Para esto, utilizamos el enfoque descriptivo y el análisis de literatura especializada en las discusiones propuestas en el artículo.

Palabras clave: ciudad, Brasil, Geografía Urbana, construcción del espacio, procesos y formas espaciales.

Introdução

A cidade é o espaço da organização e vivência de inúmeros grupos sociais e atividades, marcando usos diferentes da terra urbana. É o espaço da concentração de pessoas, serviços e difusão da gestão municipal.

Pelo fato da cidade ser este espaço complexo e dinâmico reside nele processos diferentes de produção do espaço. Estes processos são constituídos pela ajuda dos agentes que geram movimento e habitam as áreas urbanas. Entre estes processos podem-se destacar: a centralização urbana e descentralização, a inércia, coesão, gentrificação e segregação, entre outros.

Os agentes, os processos e a própria reprodução da vida em sociedade urbana geram a produção e reprodução do espaço. Na sociedade capitalista, as mudanças, o poder e consumo e os interesses individuais criam a cidade como um centro de contradições e um espaço-mercadoria. No que diz respeito à sociedade capitalista brasileira, ela está cercada de problemas sociais (desigualdade, violência, discriminação e pobreza), resultando na diferenciação socioespacial e da produção desigual do espaço. Pensando nisso tudo, este artigo tem como objetivo discutir a produção do espaço citadino, analisando os processos e suas respectivas formas socioespaciais, relacionando com a realidade do espaço brasileiro, a fim de tecer contribuições para Geografia Urbana e análise da questão urbana brasileira.

Este artigo segue uma abordagem descritiva, onde são descritos os fatos e fenômenos a partir de revisão de literatura sobre a temática (Gil, 2011). Assim, para construção do artigo utiliza-se uma concisa revisão de literatura, com a leitura de obras brasileiras e estrangeiras, que trazem contribuições para a análise da produção do espaço e diferenciação socioespacial. Foram utilizados no artigo: livros, artigos científicos publicados em eventos e revistas.

O espaço e a produção espacial: uma visão teórica-conceitual

O espaço na concepção clássica era visto como espaço mental, absoluto, relativo, substrato, não sendo percebido e estudado na sua totalidade (Alvarenga & Santana, 2015). Avançando a discussão teórica do espaço, na Geografia tradicional o mesmo passou a ser visto, principalmente por Ratzel como espaço vital para sobrevivência humana. Enquanto, na Geografia Quantitativa o espaço era referência de localização e para a Geografia Cultural este ganha sentido de espaço vivido, que marca as referências e sentimentos dos humanos. Contudo, na Geografia Crítica é que ocorre uma expansão nas discussões geográficas sobre o espaço, tornando-o uma categoria importante. O espaço passou a ser associado a outros elementos constituindo novos conceitos, como: espaço social, espaço-mercadoria, espaço urbano e produção do espaço. De acordo com Alvarenga e Santana (2015), a ideia de produção

do espaço se insere seminalmente da crítica do arcabouço conceitual do espaço, a partir de século XX.

Assim, no século XX e XXI vários autores teceram contribuições importantes para o avanço das discussões sobre espaço e produção espacial. Nas palavras de Vasconcelos (2012), a sociologia teve um papel essencial no tratamento do espaço sob a ótica do social. Já a Geografia, neste período, acentuou-se a construção teórica sobre o espaço, abordando a produção das cidades (Carlos, 2011a). Dessa forma, alguns autores contribuíram para o amadurecimento das discussões na linha de pensamento do entendimento do espaço e das formas de diferenciação, tais quais: Max Weber, Henri Lefebvre, Olivier Dollfus, Alain Touraine, Manuel Castells, David Harvey, Horacio Capel, Milton Santos, Ana Fani A. Carlos, Roberto Lobato Corrêa, entre outros.

A partir da discussão promovida por estes autores foi possível conceber a produção do espaço como condição, meio e produto da reprodução da sociedade (Carlos, 1992). Portanto, o espaço passa a ser objeto da Geografia e esta passa a se interessar na organização e produção do espaço (Dos Santos, 2008), principalmente após a reprodução da sociedade capitalista (Carlos, 2007).

Como já citado, Henri Lefebvre trouxe discussões importantes, reconhecendo o espaço como um produto da sociedade. Logo, cada sociedade produz seu espaço e a cada novo modo de produção acontece à apropriação do espaço já existente (Alvarenga & Santana, 2015).

O espaço é visto assim como uma totalidade, que está sempre em movimento, sempre se recriando e formando uma nova totalidade (Santos, 2008). Ele é também um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento de luta de classes (Gottidierner, 1997). É na cidade que a luta de classes e a produção espacial é mais intensa, o que implica como Lefebvre (2006) menciona que a cidade é produto social e histórico. Então, o espaço urbano é construído pelo conjunto de diferentes usos da terra urbana, resultado de ações acumuladas pelo homem, através do tempo e reflexo da condição social, e também é uma marca da fragmentação e articulação das lutas entre classes e interesses, que permeiam o espaço (Corrêa, 1995). O espaço urbano é palco das relações humanas (Carlos, 1992).

Neste sentido, a cidade é espaço da materialização de diferentes formas e usos, ela é o concreto e o artificial, estando representada pelo movimento, pelas construções, desejos e necessidades dos seus moradores e produtores. O espaço urbano é produzido mediante a relação sociedade e natureza, ou seja, das intermediações da sociedade sobre o espaço natural, a fim de transformá-lo para viver, morar, trabalhar e relacionar-se consigo e com os outros. Estas relações apresentam níveis distintos: são sociais, políticas, culturais, econômicas, e envolvem o modo de produzir, sentir e pensar a cidade (Carlos, 1992).

Portanto, a produção do espaço é uma componente da produção social em geral, e ela tem uma lógica, uma dinâmica própria e um modo de produção (Cavalcanti, 2001). Logo, a produção do espaço apresenta um pressuposto, a natureza e envolve um conjunto de elementos fundados na atividade humana, assim como na vontade e disposição, acasos e determinações (Carlos, 2011a). O ato de produzir a sociedade, permitindo a sua própria reprodução impõe a produção do espaço. A sociedade cria bens e materializa formas que

implicam na produção do espaço. Esta, por sua vez, compreende a reprodução dos meios de produção –à produção *scrito sensu*–, e a reprodução das relações sociais –a produção *lato sensu*– (Carlos, 2011b).

Além disso, “a produção do espaço está intimamente relacionada ao jogo de interesses entre os seus agentes e partícipes, fruto de relações simbólicas e contraditórias do capitalismo em suas múltiplas facetas” (Santos, 2009: 181). Logo, a produção do espaço não é resultado da mão invisível do mercado, nem do estado, sendo consequência da ação de agentes concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas sociais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (Corrêa, 2012).

A produção do espaço se consagra por meio de agentes sociais. Para Corrêa (2012), os principais agentes são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo, grandes industriais e comerciais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, os grupos dos excluídos. Além destes, pode-se citar também os usuários de moradias como agentes do espaço.

Os proprietários dos meios de produção compram terras, eles criam também infraestruturas e formas espaciais, tornando o espaço uma mercadoria, além de determinar o preço dos produtos e força de trabalho (Corrêa, 1995). Ao lado destes, os proprietários fundiários possuem terras e buscam valorizá-las, estabelecendo estratégias para isto. Os promotores imobiliários, por sua vez, realizam operações de incorporação, financiamento, construção e comercialização de imóveis, produzindo habitações modernas, condomínios fechados, prédios, loteamentos populares. A atuação destes promotores acontece desigualmente no espaço e reforçam a segregação da cidade capitalista (Corrêa, 1995).

Já o Estado, atua também na organização da cidade, através de ações complexas, envolvendo: a desapropriação e compra de Terra, os investimentos em criação de infraestrutura, espaços e equipamentos urbanos, controla as formas de produção do espaço, promove créditos e pesquisas (Corrêa, 1995; 2012). Por outro lado, o grupo dos excluídos, por não ter dinheiro para moradia, apropria-se de espaços públicos e privados, participam da construção de favelas, cortiços e ocupações irregulares. E, por último, os usuários de moradias, por meio de sua reprodução nos espaços habitacionais alteram o espaço, além de ocuparem os bens públicos e privados.

Assim, todos estes agentes participam da produção do espaço, principalmente diante do modo de vida capitalista. A cidade capitalista é o lugar privilegiado de uma série de processos sociais, que envolvem a acumulação do capital e reprodução social (Corrêa, 1995). Diante disso, ocorrem processos que resultam em formas espaciais que são constituintes da reprodução do espaço. Para Corrêa (1995), destacam-se os seguintes processos e suas respectivas formas espaciais: centralização e área central, descentralização e núcleos secundários, coesão e áreas especializadas, segregação e áreas sociais, dinâmica social da segregação e inércia e áreas cristalizadas.

A diferenciação socioespacial: uma abordagem sobre as cidades brasileiras

A formação de áreas centrais nos espaços urbanizados é marcada pela individualidade em relação ao restante dos espaços, devido à concentração de atividades terciárias, pela grande intensidade de usos do solo e a redução do número de alojamentos, pela atração que exerce sobre visitantes ocasionais para fazer compras, tratar de negócios, da saúde, ou por simples lazer e, ainda, pelo importante volume de emprego que fornece (Salgueiro, 1992). É no centro onde acontece o grande dinamismo das cidades e por isso é um solo muito disputado, os edifícios crescem em altura e as ruas mostram grande movimento (Salgueiro, 1992). Então, nas áreas centrais estão a concentração de serviços e a gestão municipal, assim como nas grandes cidades veem-se a proliferação de prédios, marcando a verticalização urbana. Ademais, é nas áreas centrais que o preço da terra é mais elevado.

A centralidade resulta em síntese da eficácia do polo central e da sua acessibilidade, sendo esta condição fundamental para a sua existência (Choay, 1965). Dessa forma, a centralidade de um espaço depende do poder de atração ou de difusão do centro urbano, ou de um equipamento, por exemplo, o centro comercial, cultural, financeiro ou administrativo (Corrêa, 1995).

Enquanto que na zona periférica da cidade, especialmente na segunda metade do século XX, era marcado pelo semi uso do espaço com terrenos ainda não habitados e com a presença de prédios e construções baixas. Em Porto Alegre, o centro histórico continua a abrigar uma porção de atividades comerciais, políticas e administrativas, constitui um bairro polarizador de serviços. Enquanto, que em bairros distantes do centro, como Ipanema, Moinhos de Ventos, as residências e os serviços também já se espalharam por lá, porém são espaços mais recentes da cidade e que correspondem a núcleos secundários, evidenciando a descentralização urbana.

Assim, a mudança na cidade a partir do século XXI implicou na descentralização que é vista pela expansão urbana e deslocamento de atividades e residências para áreas periféricas da cidade. Segundo, Corrêa (1995), a descentralização torna o espaço urbano mais complexo, com vários núcleos secundários de atividades. As fábricas, moradias e outros estabelecimentos não necessitam mais estar no centro das cidades, pois a evolução dos meios de transporte e a criação de infraestrutura geraram condições para dispersão urbana (Corrêa, 1995).

A coesão é outro processo espacial importante, pois cria áreas especializadas dentro do espaço urbano. A coesão pode ser definida como aquele movimento que leva as atividades a se localizarem juntas, é sinônimo de economias externas de aglomeração (Corrêa, 1995). A coesão nem sempre é composta por atividades semelhantes, mas sim por atividades que mantêm relações, ou buscam complementaridade, objetivando aumentar a concorrência no mercado. Dessa forma, as atividades se aglutinam num mesmo espaço, por exemplo, áreas destinadas a clínicas médicas, serviços laboratoriais e de hospitais, ou mesmo ruas destinadas ao varejo, como é visível nas cidades brasileiras (são exemplos, a Rua 25 de março em São Paulo, Rua do Acampamento em Santa Maria-RS). Os próprios *shoppings centers* são lugares de coesão, mesmo com atividades diferentes, são espaços de lazer e comércio, gerando áreas de especialização.

Por conseguinte, a inércia é um processo que se evidencia nas cidades, com a cristalização de serviços e espaços que são vitrines do antigo, frente à modernização urbana. Os elementos da inércia também podem denunciar a especulação imobiliária, pois o elemento inerte pode permanecer no lugar para aguardar os preços locais se elevarem substancialmente. A inércia não diz respeito apenas à preservação de fachadas e espaços, mas de suas atividades antigas, por exemplo, uma sapataria, uma barbearia, ou uma residência, que ficou intacta no espaço após uma revitalização do mesmo.

Além destes processos, a sucessão-invasão, a gentrificação e segregação também atuam na organização e produção do espaço urbano. O primeiro diz menção a um edifício, residência, ambiente que apresentava uma função e que com o tempo foi abandonada e passou a abrigar uma nova classe social, seja uma classe de menor poder aquisitivo (com a desvalorização) ou de poder elevado (com a revitalização). Por exemplo, o edifício Prestes Maia em São Paulo, no Brasil, em décadas passadas, foi moradia de pessoas de classe média alta e pela deterioração e abandono deste, hoje é um espaço de invasão, onde residem moradores sem-teto.

Por outro lado, a expressão gentrificação “surge pela primeira vez na década de 60 do século XX, na obra de Ruth Glass, em referência às mudanças ocorridas na cidade de Londres, especialmente nas regiões habitadas pela classe operária, como Islington” (Ribeiro, 2018: 1338). Assim, a palavra gentrification, segundo Ruth Glass, refere-se ao processo de renovação de certas áreas da capital britânica, com a substituição de moradores mais pobres por outros integrantes de classes mais altas (Ribeiro, 2018).

Ressalta Furtado (2011) que a gentrificação é o processo que resulta em alguma forma de deslocamento da classe trabalhadora e/ou mais pobre. É um processo que transforma o espaço e impõe as mudanças de grupos sociais presentes nas cidades, em função da especulação imobiliária e do aumento do valor dos terrenos ao entorno. Ainda, o enobrecimento urbano ou a gentrificação consiste num conjunto de processos de transformação do espaço urbano que ocorre, com ou sem intervenção governamental, nas mais variadas cidades do mundo (Furtado, 2011).

Este não é um processo neutro e passivo, em muitos casos é conflituoso, pois as pessoas são praticamente obrigadas a mudar de lugar, pois não tem mais condições de arcar com o preço dos imóveis. Ainda, a gentrificação se caracteriza nas operações voltadas e renovação urbana (Furtado, 2011) e que geram especulação imobiliária.

No Brasil, a gentrificação ocorreu no Bairro Humaitá em Porto Alegre, no Pelourinho em Salvador e na Favela do Vidigal no Rio de Janeiro. A primeira, a gentrificação do Parque Humaitá em Porto Alegre inicia com as obras de revitalização que também previa a remoção de populações das vilas irregulares (Furtado, 2011). Em 1990, os apartamentos invadidos dos edifícios construídos durante a década de 1980, foram retomados por via judicial e renegociados, e juntamente com este fato as obras como a construção do Shopping DC Navegantes e de condomínios residenciais (Jardim Lirus, Tulipas Residencial e Alqueires Residence) acabaram revalorizando o espaço e trocando os moradores pobres, pela classe média alta, que possui capital para comprar os apartamentos novos construídos no bairro Humaitá (Furtado, 2014).

Na cidade de Salvador, a área urbana do Pelourinho é uma região histórica/cultural que vem passando por um processo de gentrificação. O processo de decadência, em curso até o final do século XX, da área já famosa pela degradação urbanística-habitacional e marcada pela violência, o Pelourinho, foi alvo de projeto de revalorização urbana, a partir de 1991, financiado pelo governo do estado da Bahia com o objetivo de restaurar as edificações da região, melhorar o espaço público e a infraestrutura local, o que resultou também na substituição de moradores de classe pobre para classe de poder aquisitivo elevado (Pereira, 2018).

No Rio de Janeiro, na favela do Vidigal, o turismo foi um grande mecanismo para a gentrificação. Como o Vidigal apresenta uma vista imponente para o desenvolvimento do turismo e de moradia, os promotores imobiliários estão comprando terrenos e construindo mansões na favela, promovendo revitalização e expulsando os moradores mais pobres. Nesse sentido, o turismo na favela pode ser um elemento de valorização local, alterando as imagens midiáticas e modificando o que era feio para exótico, por outro lado, aumenta a especulação imobiliária, mudando toda forma econômica, social e cultural (Miranda & Fortunato, 2016). Essa especulação imobiliária tem implicado nas frequentes propostas recebidas por moradores para venderem suas casas, que tem vista para a orla da zona sul, adquirindo um valor levado pelos imóveis e descaracterizando a condição de favela (Miranda & Fortunato, 2016).

A segregação social: um processo de expressividade na diferenciação socioespacial brasileira

96

A segregação é uma marca das cidades atuais, sendo vista por Castells (1983), como uma área de forte homogeneidade social interna e expressiva disparidade externa. Ela é o resultado da presença de diferentes classes sociais presentes num mesmo espaço urbano e se evidencia pela reprodução social desigual das cidades, sobretudo, das capitalistas.

A segregação forma áreas sociais desiguais dentro da cidade, como a constituição de favelas e cortiços e a construção de condomínios fechados. São áreas que apresentam condições de moradia, lazer e infraestrutura diferentes e dos quais seus habitantes não se comunicam entre si, apenas mantêm relações com os *iguais*. Este é o caso dos condomínios famosos de São Paulo: Terras de São José na cidade de Itu e Quinta da Baroneza, em Bragança Paulista, que além de residências possui campo de golfe, áreas de lazer².

Em séculos passados, a segregação era marcada pelo distanciamento, onde a classe nobre ficava com terrenos nas proximidades do centro e os pobres na periferia, próximo às fábricas ou nas áreas ainda pouco urbanizadas. Na cidade contemporânea, todavia, a distância dos desiguais não se opera mais a partir dessa lógica, mas sim da justaposição no centro ou periferia de segmentos sociais diferentes, graças aos sistemas de segurança, o que tornou a desigualdade combinada com a relativa proximidade geográfica (Sposito, 2012).

² Disponível em <https://casa.abril.com.br/casas-apartamentos/5-condominios-de-alto-padrao-no-interior-de-sao-paulo> (consultada em dezembro do 2019).

Dessa maneira, se produz no espaço desigualdade e segregação. Este fato contribui para a questão conflitante não apenas pela construção de condomínios fechados, mas do que este vem representando no espaço e como acontece a interação deste círculo vizinho (Lahorgue, 2011).

A segregação não é apenas residencial, ela pode ser revelada também por espaços de lazer (clubes, parques privados, entre outros), consumo (lojas de grife, *shopping center*, por exemplo). Os próprios meios de transporte e circulação na cidade produzem a segregação, de um lado os pobres que utilizam metro e ônibus, e de outro os ricos que se deslocam de carro, ou por meio de serviços executivos de transporte, como Uber e Garrupa³.

A segregação encontra-se, cada vez mais, disfarçada, escondida para debaixo do tapete, já que não abrange apenas segregação de moradias. A própria especulação imobiliária contribui para fragmentação e segregação espacial, cujas áreas melhores da cidade são ocupadas pelos ricos. Fica nítido, neste sentido, que os bairros Leblon e Ipanema no Rio de Janeiro têm um preço das terras elevado, o que dificulta a instalação de classes mais pobres.

Logo, Borelli (2011) ressalta que,

“[...] os padrões de segregação socioespacial, que vão definindo uma constituição do espaço urbano, acabam por reforçar o seu uso seletivo, ou seja, a representação física da forma de hierarquização da sociedade: de um lado, a formação de áreas de uso privilegiadas, onde se impede a permanência ou a utilização daqueles que não dispõem de recursos para consumi-las; do outro lado, as áreas de assentamento periférico ou ‘marginal’, habitadas pela população de baixo poder aquisitivo, configurando a dicotomia centro/periferia” (Borelli, 2011: 3).

Além disso, o próprio Estado, com suas ações contribuíram para segregação espacial, seja através de políticas de habitação, que implantam loteamentos populares em áreas onde a classe média alta não se interessa, ou pelo descaso no atendimento aos serviços e infraestruturas de bairros populares. O programa brasileiro Minha Casa, Minha Vida⁴ proporcionou a construção de habitações e loteamentos operários nos bairros de periferia, que apresentavam baixa densidade demográfica e de serviços. Este encaminhamento da classe popular para bairros periféricos contribuiu para a segregação social no espaço de muitas cidades brasileiras.

Em muitos casos, nas cidades, a segregação está escancarada, principalmente com a construção de muros que separam as classes sociais diferentes. Em Santa Maria, no Rio Grande do Sul há um grande conflito com a construção de um muro que separa os moradores da classe média, dos moradores de invasão, ambos moradores do mesmo bairro, o Bairro Noal. Este muro impede a passagem dos moradores de invasão para a área dos mais nobre do bairro.

³ O Uber, Garrupa e outros aplicativos são serviços semelhantes ao prestado pelo táxi, porém solicitados a partir de aplicativos de celular e internet e com valor mais acessível.

⁴ Programa Minha Casa, Minha Vida é um programa brasileiro de construção de casas para classe média pobre com participação da Caixa Econômica Federal. Ver mais em Souza & Sugai, 2018; Lima, 2018.

Nesse sentido, Carlos (2007) menciona que a cidade se revela como justaposição entre uma morfologia social (promovida pelas diferenças sociais e o modo de acesso aos espaços). Assim, as diferentes classes sociais produzem formas no espaço e o embate entre seus interesses gera conflitos, luta por moradia, violência.

Além disso, Lefebvre (2001) coloca que a segregação pode ser espontânea (quando um grupo social se segrega) ou forçada (quando o grupo social é obrigado a se separar). Os moradores de condomínios acabam se segregando espontaneamente, enquanto os pobres são obrigados a morar nas áreas menos importantes da cidade, ou em favelas. Espontaneamente grupos sociais e culturais também se autosegregam criando bairros culturais, como é o caso do Bairro Bixiga em São Paulo, bairro de moradores de descendência italiana.

Diante disso, a segregação urbana pode se distinguir em três tipos, não excludente entre si: a) uma oposição entre o centro –onde o preço do solo é mais alto– e a periferia; b) uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular; c) um esfacelamento das funções urbanas disseminadas em zonas geograficamente distintas (Lojkine, 1981).

Em outras palavras, a cidade abriga inúmeros grupos sociais e suas relações e interesses levam a apropriação e dominação do espaço, produzindo-o e reproduzindo-o de forma fragmentada, onde de um lado estão os bairros elitizados e de outros as favelas. É, neste contexto, de lutas e diferenças, da aglutinação de diferentes sujeitos, modos de vida e usos do solo que a Geografia Urbana tem se tornado uma ciência importante para se repensar a cidade capitalista e desigual.

Considerações

A cidade é um espaço marcado pela multiplicidade de agentes, formas espaciais e processos, por onde permeiam movimentos, conflitos e trabalho humano. A cidade vive do fluxo e das interações socioambientais.

A produção do espaço é realizada por esta interação e vivência diária da cidade. Logo, a produção do espaço envolve agentes e processos que são (re) formuladores e segregadores dos ambientes e partícipes do urbano. As contradições do espaço aumentam os problemas de ordem social, tais quais: desigualdade, discriminação, violência, pobreza, corrupção, entre outros. A mão do estado não tem sido neutra neste sentido, pois suas várias ações e atuações no espaço denotam a busca de atender aos interesses da burguesia e a contribuir com a segregação forçada dos mais pobres.

No espaço urbano brasileiro, contudo, os principais processos produtores do espaço e diferenciadores socioespaciais são: centralização e descentralização, coesão e inércia, invasão-sucessão, segregação e gentrificação.

Ao tratar especificamente da gentrificação vê-se que este fenômeno tem se tornado, cada vez mais, visível no espaço urbano brasileiro sob o ponto de vista de obras de revitalização e de estratégias de desenvolvimento como o turismo. De norte a sul do Brasil, a reorganização das cidades através da revalorização espacial tem expulsado a população empobrecida para

incorporar a população mais elitizada. As obras de revalorização têm sido um meio de melhoramento do espaço, mas que não se destina apenas a trazer melhorias às camadas populares, mas também valorizar áreas que serão beneficiadas pela especulação imobiliária.

Ao passo que a segregação, separação dos desiguais, é expressiva no Brasil, assim como acontece em outros países, apresentando diferentes formas que às vezes, escancaram a desigualdade, outras vezes, mascaram. A segregação residencial brasileira acontece, atualmente, pela construção de condomínios fechados. Estes tipos de residências estão se proliferando, nas grandes cidades, onde os moradores urbanos se segregam espontaneamente, principalmente por medo da violência.

Além disso, a segregação no Brasil também é incentivada pelo Estado que atende aos interesses da burguesia dominante, onde as melhores áreas urbanas contam com espaços públicos e infraestruturas, enquanto as áreas da camada popular abrigam serviços precários.

Diante disso, o espaço urbano brasileiro é marcado por conflitos e lutas de classes sociais (sem-teto, por exemplo), problemas sociais intensos, principalmente a violência e a desigualdade. Ademais, as contradições espaciais são o reflexo dos processos, políticas e produção do espaço, que contribuem consideravelmente para diferenciação socioespacial.

Bibliografia

- ALVARENGA, M. & SANTANA, S. (2015). O conceito de produção do espaço no pensamento geográfico. Actas del XV Encuentro de Geógrafos de América Latina, Cuba. La Habana: EGAL. Disponível em www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/04.pdf (Consultada em dezembro do 2019).
- BORELLI, E. (2011). *Transformações Urbanas e Desigualdade Ambiental na Grande São Paulo*. São Paulo: IPEA-BR.
- CARLOS, A. (1992). *A cidade*. São Paulo: Contexto.
- CARLOS, A. (2007). *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH.
- CARLOS, A. (2011a). *A condição espacial*. São Paulo: Contexto.
- CARLOS, A. (2011b). Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto.
- CASTELLS, M. (1983). *A questão urbana*. São Paulo, Paz e Terra.
- CAVALCANTI, L. (2011) *Geografia e cidade: a produção do espaço urbano*. Goiânia: Alternativa.
- CHOAY, F. (1965). *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva.
- CORRÊA, R.L. (1995). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

- DOS SANTOS, C. (2008). A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 5(1): p. 177-190.
- FURTADO, C.R. (2011). *Gentrificação e (re) organização urbana em Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- FURTADO, C.R. (2014) Intervenção do Estado e (re) estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. *Cadernos Metrópole*, 16(32): p. 341-364. DOI: 10.1590/2236-9996.2014-3203.
- GIL, A. (2011). *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
- GOTTIDIENER, M. (1997). *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp.
- LAHORGUE, M. (2011). Para (re) pensar a questão urbana. Rio Grande: Cadernau.
- LEFEBVRE, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- LEFEBVRE, H. (2006). *La production de l'espace*. (4e éd). Paris: Éditions.
- LIMA, A. (2018). O Programa Minha Casa Minha Vida, a segregação urbana e a reprodução de velhas práticas. *Argumentum*, 10(3): p. 257-271. DOI: 10.18315/argumentum.v10i3.20835
- LOJKINE, J. (1981). *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- MIRANDA, I. & FORTUNATO, R. (2016). O turismo sobe o morro do Vidigal (Rio de Janeiro, Brasil): uma análise exploratória. *Turismo & Sociedade*, 9(2): p. 1-20. DOI: 10.5380/tes.v9i2.47540
- RIBEIRO, T.F. (2018). Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. *Revista de Direito da Cidade*, 10(3): p. 1334-1356. DOI: 10.12957/rdc.2018.31328
- SALGUEIRO, T. (1992). *A cidade em Portugal*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- SANTOS, M. (2008). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.
- SOUZA, E. & SUGAI, M. (2018) Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade interurbana na área conurbada de Florianópolis. *Cadernos Metrópole*, 20(41): p. 75-98. DOI: 10.1590/2236-9996.2018-4104
- SPOSITO, M. (2012) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, Escala e Desafios*. São Paulo: Contexto.

VASCONCELOS, P. (2011). *A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia urbana: avanço ou recuo?* In A. CARLOS, M.L. SOUZA & M.E.B. SPOSITO (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, p. 75-96.

Recibido: 5 de septiembre de 2019

Aceptado: 30 de octubre de 2019